

análise de conjuntura

Nível de Atividade

VERA MARTINS DA SILVA

p. 3 Vera Martins da Silva coloca em xeque o notável crescimento da economia brasileira em 2010, chamando atenção para a performance de longo prazo (investimento) e para o setor externo.

temas de economia aplicada

A Premiação Internacional do CADE e o Projeto de Lei em Tramitação no Congresso

ELIZABETH FARINA, FABIANA TITO

p. 8 Para Elizabeth Farina e Fabiana Tito a nomeação do CADE como “melhor agência antitruste das Américas de 2010” chama atenção para medidas que venham a consolidar a eficiência do órgão, tais como as previstas no PL 06/2009.

Programas de Atenção Básica de Saúde: Uma Análise da Relação entre Descentralização e Corrupção

SANDRO GARCIA DUARTE PEIXOTO, FABIANA ROCHA, MARLISLEI NISHIJIMA, FERNANDO A. S. POSTALI

p. 11 Sandro Garcia Peixoto e coautores, analisando dados para os municípios da região Sudeste, comprovaram a inexistência de causalidade estatisticamente significativa da descentralização fiscal para a incidência de corrupção, entre agosto de 2004 e julho de 2006.

Economia da Cultura no Setor do Audiovisual: Mecanismos de Adicional de Renda

JULIO LUCCHESI MORAES

p. 15 Julio Lucchesi Moraes avalia o custo-benefício do adicional de renda para o setor brasileiro de audiovisual, um mecanismo de fomento embasado em transferências de renda intrassetoriais.

Os Pequenos Produtores Rurais e a Sustentabilidade

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA, ADOLFO SCHMUKLER

p. 18 Antonio Carlos Lima Nogueira e Adolfo Schmukler estabelecem um quadro geral para a busca da sustentabilidade socioambiental na agricultura de pequeno porte, apresentando, como exemplo potencialmente bem-sucedido, o plano de implantação de um laticínio certificado no Estado de São Paulo.

Efeitos da Política Fiscal sobre o Nível da Taxa de Juros Nominal de Longo Prazo de 25 Países da OCDE (Parte 2)

RICARDO BATISTA CÂMARA LEAL

p. 23 Ricardo Batista Câmara Leal, em segundo artigo da série, lista uma série de evidências contraditórias ou difusas para a relação entre política fiscal e taxa de juros de longo prazo, olhando, de 1980 a 2009, para 25 países da OCDE.

Seja Assinante da Estudos Econômicos

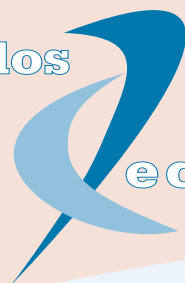
A revista *Estudos Econômicos* é uma publicação científica trimestral do Departamento de Economia da FEA-USP e se caracteriza pela diversidade acadêmica, privilegiando artigos de diferentes linhas de pensamento. Inclui-se entre os periódicos nacionais mais respeitados e tradicionais, sendo publicada regularmente desde 1970.

<http://www.estecon.fea.usp.br>

Informações sobre assinaturas:

☎: (011) 3284-0612
✉: msoares@fipe.org.br

estudos



econômicos

Vol. 40 - nº 4 - 2010

O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda

▪ MARCIO ANTONIO SALVATO ▪ PEDRO CAVALCANTI GOMES FERREIRA
▪ ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE

Símbolo e Signo: O Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo

▪ LEDA MARIA PAULANI ▪ LEONARDO ANDRÉ PAES MÜLLER

Investment Specific Technological Progress and Structural Change

▪ RICARDO SILVA AZEVEDO ARAUJO ▪ JOANÍLIO RODOLPHO TEIXEIRA

Competition in the Brazilian Loan Market: An Empirical Analysis

▪ CLAUDIO R. LUCINDA

O Modelo Z-D e a Função Emprego – Descrições Gráficas à Luz da Teoria Geral de Keynes

▪ CLAUDIA HELLER

Um Modelo Espacial de Demanda Habitacional para a Cidade do Recife

▪ RUBENS ALVES DANTAS ▪ ANDRÉ MATOS MAGALHÃES
▪ JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA VERGOLINO

A Visão Convencional Sobre a Abertura Financeira e suas Mutações Recentes

▪ ANDRÉ MARTINS BIANCARELI

Impactos de Políticas de Desoneração do Setor Produtivo: Uma Avaliação a Partir de um Modelo de Gerações Superpostas

▪ MARCO ANTÔNIO FREITAS DE HOLLANDA CAVALCANTI
▪ NAPOLEÃO LUIZ COSTA DA SILVA

Resenha Bibliográfica – BECKER, William E.; WATTS, Michael; BECKER, Suzzane R. (Ed.). Teaching Economics: more alternatives to chalk and talk. Cheltenham-UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2006. 225 p.

▪ ROSELI DA SILVA ▪ NATÁLIA NUNES BASTISTA-FERREIRA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - FEA - USP

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1234-5678

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
Andrea Sandro Calabi
Denisard Cnéio de Oliveira Alves
Elizabeth M. M. Querido Farina
Miguel Colassuono
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretor de Pesquisa
Eduardo Haddad
Diretor de Cursos
Cicely M. Amaral

Pós-Graduação

Dante Mendes Aldrighi
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial

Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora Chefe

Fabiana F. Rocha
Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Assistente

Maria de Jesus Soares
Programação Visual e Composição
Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura



Nível de Atividade: A Economia Brasileira em 2010 – Os Grandes Agregados

VERA MARTINS DA SILVA (*)

As Contas Nacionais Trimestrais, recentemente divulgadas pela Fundação Brasileira de Geografia e Estatística – FIBGE, mostraram que a economia brasileira cresceu em termos reais 7,5% em 2010 em relação a 2009, recuperando-se do período de crise do final de 2008 e 2009. O dado, apesar de relevante e positivo, foi obtido a partir de uma base fraca de comparação, o ano de 2009. A Tabela 1 apresenta os dados de variação trimestral de 4 trimestres sobre igual período do ano anterior, mostrando a tendência das principais variáveis macroeconômicas. O Gráfico 1 permite uma visualização da dinâmica do PIB entre o primeiro trimestre de 2007 e o último trimestre de 2010.

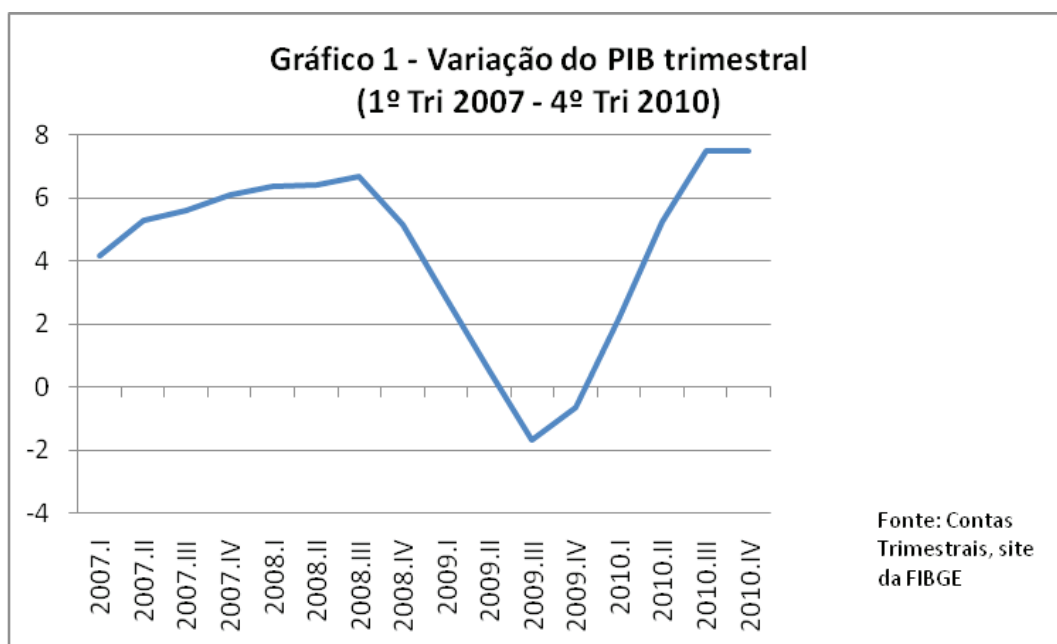
A expansão da formação bruta de capital fixo também foi significativa nos últimos dois trimestres de 2010. Entretanto, além dos evidentes indicadores de retomada da economia, há que se verificar como a economia tem operado num prazo mais longo. A formação bruta de capital, ou seja, o investimento, tem apresentado um desempenho com características cíclicas ao longo de períodos mais longos de tempo, mas apesar do ótimo desempenho do final de 2010, ainda é inferior ao obtido no segundo trimestre de 2008. Além disso, a formação bruta de capital apresentou um crescimento de apenas 0,7% entre o terceiro e o quarto trimestres de 2010, indicando uma desaceleração neste componente de demanda.

A Tabela 1 indica que o consumo das famílias foi um importante fator de geração de renda em 2010, resultado de uma combinação benéfica de renúncias fiscais, condições de crédito, sistema de transferências de renda, câmbio apreciado e expansão do emprego. Contudo, olhando-se num prazo mais longo, a partir do primeiro trimestre de 2000, como pode ser visto na Tabela 2 e no Gráfico 3, não se observa uma explosão do consumo total. Ao longo da série disponível, sempre se observa um crescimento do consumo no último trimestre do ano, com o pagamento do décimo terceiro salário e das festas de fim de ano.

**Tabela 1 – Grandes Agregados Macro – Taxa Acumulada em Quatro Trimestres –
Em Relação ao Mesmo Período do Ano Anterior – %**

Período	PIB	Consumo das Famílias	Consumo da APU	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação de Bens e Serviços	Importação de Bens e Serviços
	pm					
2007.I	4,2	5,4	3,2	9,1	4,4	19,5
2007.II	5,3	5,6	4,8	10,9	7,9	20,5
2007.III	5,6	5,7	6,1	12,7	6,0	20,1
2007.IV	6,1	6,1	5,1	13,9	6,2	19,9
2008.I	6,4	6,0	5,0	15,5	4,5	18,6
2008.II	6,4	6,2	3,5	16,2	3,1	19,8
2008.III	6,7	6,7	3,2	17,1	3,7	19,7
2008.IV	5,2	5,7	3,2	13,6	0,5	15,4
2009.I	2,9	4,7	3,0	5,5	-2,5	7,3
2009.II	0,5	3,8	3,5	-3,1	-6,8	-2,3
2009.III	-1,7	3,0	2,5	-11,1	-10,5	-11,2
2009.IV	-0,6	4,2	3,9	-10,3	-10,2	-11,5
2010.I	2,2	5,7	3,6	-1,0	-4,2	-0,3
2010.II	5,3	6,6	4,1	10,0	0,5	13,0
2010.III	7,5	7,0	4,8	20,2	6,7	29,4
2010.IV	7,5	7,0	3,3	21,8	11,5	36,2

Fonte: Contas Trimestrais, site da FIBGE, acesso em 06 de março de 2011.



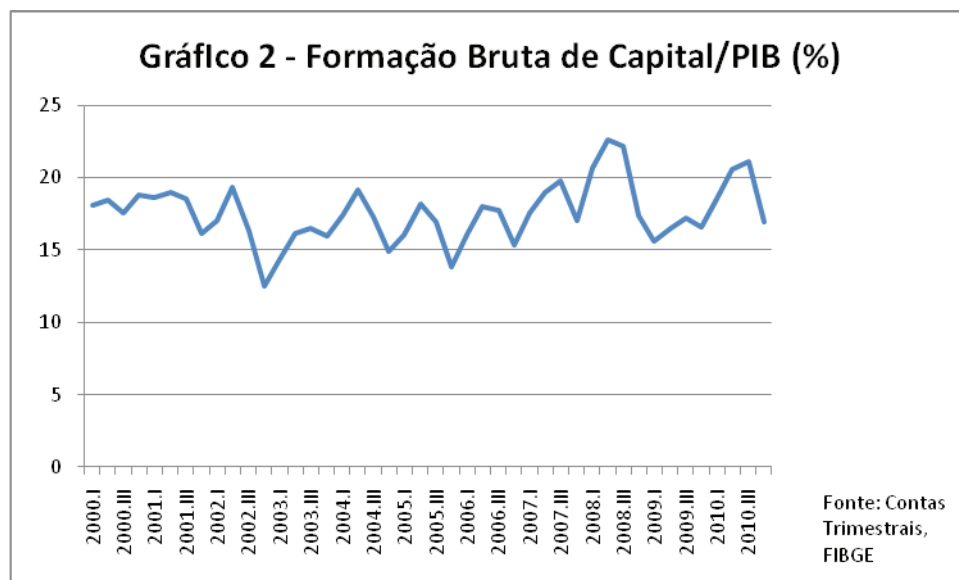
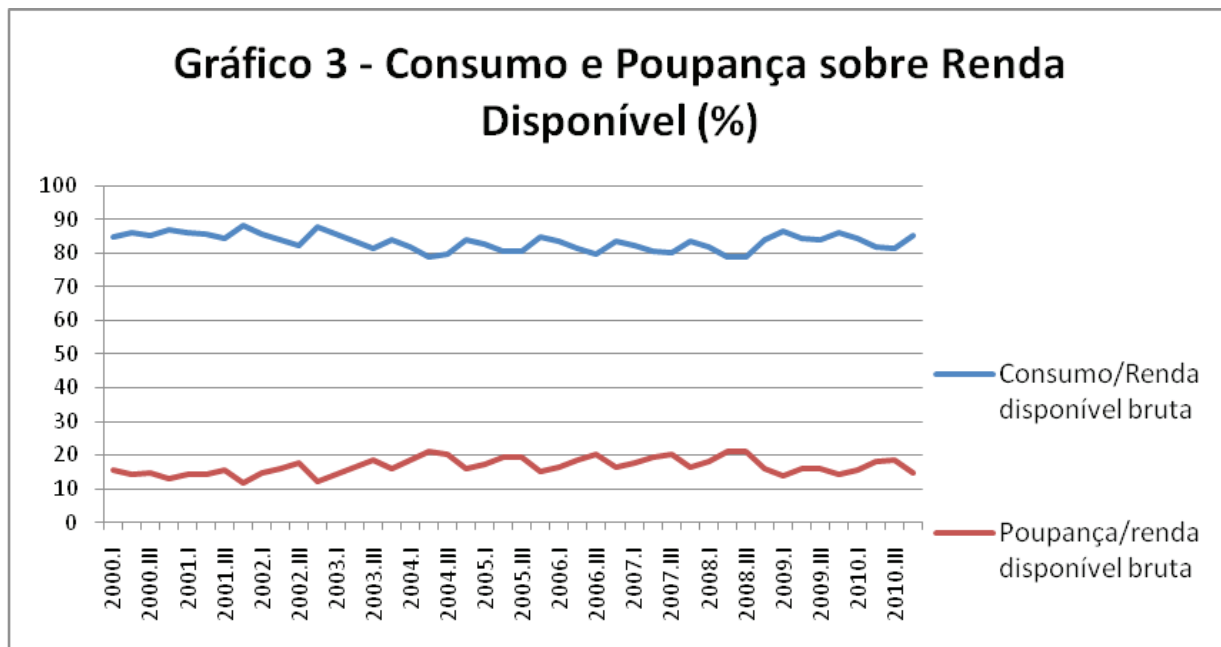


Tabela 2 – Consumo, poupança e investimento - 1º Tri 2000 - 4º Tri 2010

Período	Consumo/Renda disponível bruta (%)	Poupança/renda disponível bruta (%)	FBK/PIB (%)	Período	Consumo/Renda disponível bruta (%)	Poupança/renda disponível bruta (%)	FBK/PIB (%)
2000.I	84,55	15,45	18,13	2006.I	83,37	16,63	16,03
2000.II	85,83	14,17	18,46	2006.II	81,55	18,45	18,02
2000.III	85,36	14,64	17,57	2006.III	79,66	20,34	17,73
2000.IV	86,82	13,18	18,80	2006.IV	83,62	16,38	15,32
2001.I	85,82	14,18	18,60	2007.I	82,35	17,65	17,59
2001.II	85,50	14,50	18,96	2007.II	80,59	19,41	18,95
2001.III	84,50	15,50	18,56	2007.III	79,88	20,12	19,78
2001.IV	88,19	11,81	16,15	2007.IV	83,50	16,50	17,01
2002.I	85,39	14,61	17,01	2008.I	81,77	18,23	20,67
2002.II	83,84	16,16	19,31	2008.II	78,87	21,13	22,57
2002.III	82,39	17,61	16,29	2008.III	78,83	21,17	22,20
2002.IV	87,69	12,31	12,52	2008.IV	83,89	16,11	17,35
2003.I	85,67	14,33	14,38	2009.I	86,23	13,77	15,58
2003.II	83,62	16,38	16,18	2009.II	84,19	15,81	16,53
2003.III	81,45	18,55	16,47	2009.III	84,08	15,92	17,21
2003.IV	83,84	16,16	15,93	2009.IV	85,86	14,14	16,60
2004.I	81,56	18,44	17,37	2010.I	84,34	15,66	18,49
2004.II	78,79	21,21	19,12	2010.II	81,81	18,19	20,55
2004.III	79,58	20,42	17,30	2010.III	81,25	18,75	21,14
2004.IV	84,09	15,91	14,88	2010.IV	85,25	14,75	16,91
2005.I	82,56	17,44	16,02				
2005.II	80,64	19,36	18,20				
2005.III	80,60	19,40	16,93				
2005.IV	84,89	15,11	13,83				

Fonte: contas Trimestrais, site da FIBGE, acesso em 06/03/2011. Elaboração própria.



A Tabela 1 mostra também que, pelo lado da despesa, há um crescimento expressivo das importações nos terceiro e quarto trimestres, resultante da própria recuperação da economia, como também de um câmbio apreciado. O Gráfico 4 mostra essa recuperação expressiva de exportações e importações, especialmente das importações, o que tem levado a discussões sobre o problema da desindustrialização da economia brasileira. Isso poderá ser um problema no futuro, mas até agora, o impacto do câmbio sobre a estrutura produtiva poderá ser importante para alguns ramos, mas não para o conjunto da indústria.

A Tabela 3 mostra que, entre os trimestres do período 1996-1999, a indústria representava 22,82% do PIB, e no período 2000-2010 aumentou para 23,86%. Na verdade, pode-se falar em um crescimento muito modesto, praticamente nulo, da participação da agropecuária e da indústria no PIB e de uma redução da participação dos serviços, ainda que os serviços sejam o setor econômico de maior peso, representando cerca de 57% no período 2000-2010.

O Gráfico 5 mostra a evolução dos setores agropecuária, indústria e serviços, a partir do primeiro trimestre de 1996 até o último trimestre de 2010. De fato, o setor de servi-

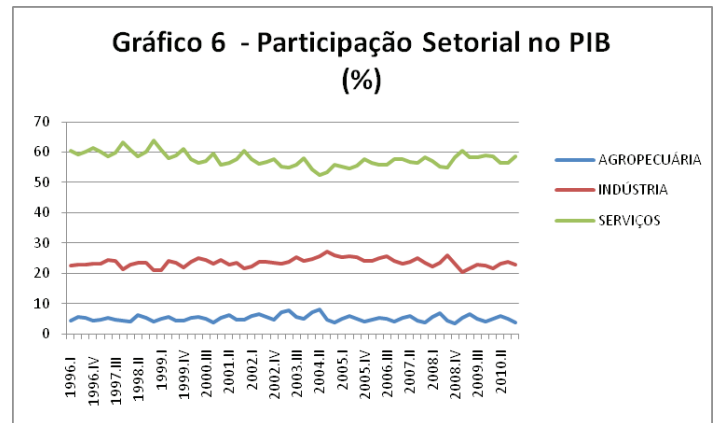
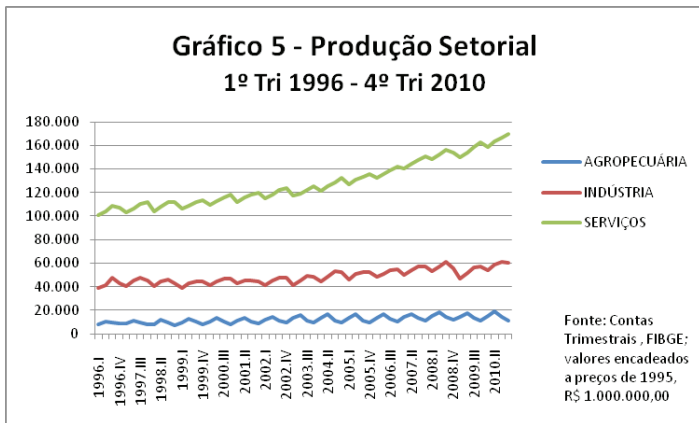
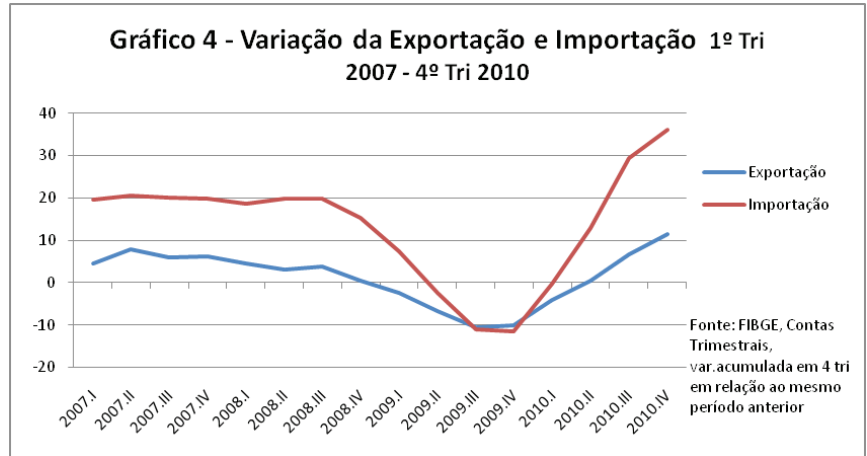
ços é o principal grande gerador de renda, observando-se uma relativa estabilidade nos grandes setores de indústria e agropecuária. Reforçando essas observações, o Gráfico 6 mostra a participação relativa no PIB dos setores, indicando uma pequena redução dos serviços e um pequeno crescimento dos demais setores.

Em 2010, as atividades que mais cresceram em relação ao ano anterior foram a indústria extrativa mineral (15,7%), construção civil (11,6%), comércio (10,7%), intermediação financeira e previdência complementar (10,7%) e indústria de transformação (9,7%).

Tabela 3 – Participação no PIB (%)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços
Média 1996-1999	4,83	22,82	60,34
Média 2000-2010	5,27	23,86	56,79

Fonte: site de Contas Trimestrais, FIBGE, acesso em 06 de março de 2010. Elaboração própria.



(*) Doutora em Economia pelo IPE, conselheira do Corecon - SP e professora da UNIFESP/Osasco. (E-mail: veramartins2702@gmail.com).

O artigo da seção Análise de Conjuntura foi escrito em 10/03/2011.

temas de economia aplicada



A Premiação Internacional do CADE e o Projeto de Lei em Tramitação no Congresso¹

ELIZABETH FARINA (*)
FABIANA TITO (**)

Recentemente foi concedido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o prêmio de melhor agência antitruste das Américas de 2010. A homenagem é oferecida pela revista britânica *Global Competition Review (GCR)*, que seleciona três finalistas para concorrer na categoria “Agência do Ano-Américas”. Além do CADE estavam dois conceituados órgãos da concorrência: a Divisão Antitruste do Departamento de Justiça dos EUA e Bureau da Concorrência do Canadá. A escolha dos premiados foi feita por meio de mais de 1,5 mil votos dos assinantes da revista, saindo o CADE vencedor. O Conselho também concorreu na categoria “Caso de Aplicação da Lei do Ano” (Enforcement Matter of the

Year), pela condenação do Cartel dos Gases, em setembro de 2010.

O reconhecimento do Brasil no mundo antitruste baseou-se principalmente na efetiva melhora de eficiência, transparência e decisões eminentemente técnicas. Sob este aspecto podem ser ressaltadas a redução do tempo médio de análise dos atos de concentração, a adoção de posturas mais agressivas em relação à imposição de multas nas condenações por condutas infrativas, a intensificação ao longo dos últimos anos do combate a cartéis por meio de uma estreita cooperação entre o Ministério Público e a Autoridade de Concorrência, bem como pela promoção de treinamentos de funcionários e con-

sultas bilaterais com autoridades de concorrência de outros países. O Brasil também vem atuando de maneira efetiva em diversos fóruns internacionais, como o Comitê da Concorrência da OCDE, no qual participa ativamente de debates, e na Rede Internacional de Concorrência (*International Competition Network – ICN*), sendo o CADE copresidente do Grupo de Trabalho sobre a Efetividade das Agências (*Agency Effectiveness*) e membro da diretoria da Rede (ICN).

O bom desempenho, contudo, está longe de ser um resultado consolidado. Como disse recentemente o atual Secretário de Direito Econômico, Vinicius Carvalho, a láurea recebida como melhor agência das

Américas é, na verdade, um prêmio revelação. O presidente interino do CADE, Fernando Furlan, seguiu no mesmo diapasão durante entrevista coletiva: “Eles reconheceram o esforço que o Brasil e todos os países em desenvolvimento estão fazendo nessa área” (www.cade.gov.br). É preciso, portanto, perseverar nesse esforço de modo a preservar os avanços efetivamente conquistados e implementar as reformas necessárias para enfrentar os desafios vindouros. Grande parte dessa consolidação depende do andamento do Projeto de Lei 06 de 2009, responsável pela criação do “novo CADE”.

O desenho atual do Sistema Brasileiro da Concorrência continua a favorecer a redundância nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e CADE. A legislação vigente favorece a ineficiência e ineficácia da análise de atos de concentração; não há garantia de estabilidade e consolidação de um corpo técnico que preserve o conhecimento adquirido e traga avanços decorrentes de sua experiência, dentre outros problemas.

As mudanças necessárias são conhecidas e estão reunidas no PL 06/2009, em tramitação no Congresso Nacional desde 2005. As reformas legislativas necessárias foram discutidas em fóruns nacionais (OAB, IBRAC, FIESP, dentre ou-

tros) e internacionais (em especial durante o *peer review* realizado sob a orientação da OCDE em 2004 e 2009). O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2008 e mais recentemente pelo Senado, com várias emendas, o que obriga o retorno do projeto à Câmara.

Uma das emendas é particularmente delicada. A modificação diz respeito ao valor do faturamento como critério de notificação obrigatória de atos de concentração. O projeto original previa a manutenção do valor atual de R\$ 400 milhões para a empresa adquirente e introduzia um valor mínimo de R\$ 30 milhões para a empresa-alvo. Esses valores foram alterados para R\$ 1 bilhão e R\$ 40 milhões, respectivamente.

Utilizar um critério de notificação mais exigente, que reduza o número de casos triviais de atos de concentração é desejável, do ponto de vista do uso eficiente de recursos da Autoridade. Não obstante, seria desejável a realização de simulações dos efeitos provocados por essa emenda para colaborar na avaliação da Câmara.

Em 2008, uma simulação do critério de notificação adotado pelo projeto de lei mostrou que apenas a introdução do faturamento mínimo de R\$30 milhões para a empresa-alvo reduziria cerca de 25% o número de casos analisados pelo Sistema. Segundo o Conselheiro do CADE, Vinicius Carvalho, atual

Secretário de Direito Econômico, o aumento do faturamento mínimo para R\$ 1 bilhão para a empresa adquirente e R\$40 milhões para a empresa-alvo reduziria o número de casos analisados em 50%.

Ainda nesse sentido, dois efeitos merecem ser estudados antes da aprovação do Projeto pela Câmara. Considerando o conjunto de atos de concentração analisados pelo CADE nos últimos 3 ou 5 anos, quantos casos que exigiriam análise aprofundada para serem aprovados ou que seriam aprovados com restrições deixariam de ser notificados diante da alteração legislativa? Consultando o “Cade em números” (www.cade.gov.br) verifica-se que 75% dos atos de concentração são aprovados por rito sumário. Isso não quer dizer que deveríamos eliminar 75% dos casos por meio da elevação do faturamento mínimo para notificação das transações. Parcela significativa dos casos rito sumário decorrem de operações nas quais não se verificam superposições horizontais, nem riscos associados à concentração vertical. Por essa razão, há que se estudar mais detalhadamente que tipos de casos estarão fora do escrutínio do Sistema com base no critério adotado.

Mais. Qual o impacto dessa alteração sobre a receita do Sistema, já que o valor da taxa processual não foi alterado no PL 06/ 2009 (art. 23)? A taxa continua a ser de R\$ 45 mil, hoje divididos em três taxas de

R\$ 15 mil, independentemente do valor total envolvido na operação. Argumenta-se que a SEAE não mais será contemplada com a taxa. No entanto, as atividades de instrução dos processos hoje desempenhadas pela SEAE serão integralmente transferidas para o novo CADE. Convém lembrar, além disso, que essas taxas financiam todo o custeio e despesas de capital do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o que inclui todo o esforço de combate aos cartéis e outras condutas anticoncorrenciais, além da análise de atos de concentração e advocacia da concorrência. Certamente o Brasil não seria indicado para o prêmio na categoria “Caso do Ano da Aplicação da Lei” com a condenação do Cartel dos Gases, não fossem os recursos financeiros aplicados no combate aos cartéis advindos das mencionadas taxas. Reduzir a receita à metade poderia trazer dificuldades ao novo CADE.

A comparação com os critérios de notificação adotados nos Estados Unidos e com as taxas exigidas para cobrir as custas processuais é sempre útil. Assim como no PL 06/2009, a autoridade antitruste norte-americana adota critérios de notificação objetivos, baseados no faturamento das partes e no valor da transação (critério não adotado pelo Brasil)

Nos Estados Unidos, uma operação deverá ser notificada: a) se uma das partes registrar vendas líquidas anuais ou ativos totais de mais de US\$ 131,9 milhões e a outra parte tiver US\$13,2 milhões ou mais e; b) a transação alcançar valores superiores a US\$ 66 milhões; ou se como resultado da operação o tamanho da adquirente superar US\$263.8 milhões. Esses valores sugerem que o valor de R\$ 1 bilhão como critério de notificação no Brasil é exacerbado. Ele foi definido com base na atualização monetária dos atuais R\$400 milhões. Nos EUA, os mencionados valores são atualizados com base na evolução do PIB norte-americano. O ano de 2010 marcou a primeira vez em que a FTC reduziu os valores para notificação (<http://www.iclg.co.uk/khadmin/Publications/pdf/4083.pdf>) No PL 06/2009 há previsão de reajuste por iniciativa do CADE, Ministério da Justiça e Fazenda. Atualmente, essa revisão depende de alteração da Lei.

Quanto à taxa de notificação, os Estados Unidos adotam um valor escalonado de acordo com o valor da transação:

Valor da Transação (em US\$ milhões)	Taxa de Notificação (em US\$ mil)
\$ 66 m – \$131,9 m	\$ 45
\$ 131,9 m – 659,5 m	\$ 125
> 659,5	\$ 280

O escalonamento das taxas, ainda que por faturamento, poderia ser uma solução para o impacto que uma alteração nos critérios de notificação tivesse sobre a receita da autoridade antitruste. Simulações de diferentes níveis de escalonamento das taxas contribuiriam para uma decisão mais bem informada pela Câmara. No entanto, sabemos que a Câmara não mais poderá alterar o texto da Lei. Poderá, sim, aprovar ou não as emendas. No caso da definição dos níveis de faturamento que exigem notificação ao novo CADE, seria conveniente o seu veto. Se o valor de R\$400 milhões mais os R\$30 milhões da empresa-alvo se mostrar muito baixo há possibilidade de elevação do valor, conforme previsto no artigo 88, II, parágrafo 1º.

É importante que não haja mais demora nessa modernização legislativa para que o Brasil preserve os avanços que já alcançou e continue se desenvolvendo como um Sistema Antitruste mais eficiente, racional e ágil. Contribuições da comunidade antitruste e do próprio SBDC para que a Câmara tome sua decisão rapidamente poderão facilitar esse resultado.

1 Este artigo foi publicado em forma reduzida pelo *Valor Econômico* em 14 de março de 2011, página A10.

(*) Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo; foi Presidente do CADE de 2004 a 2008 (E-mail: emmqfari@usp.br).

(**) Graduada em Economia pela FEA-USP e pós-graduada em Barcelona. Atualmente é Economista da Tendências Consultoria Integrada e foi Coordenadora Geral da SDE/MJ.

Programas de Atenção Básica de Saúde: Uma Análise da Relação entre Descentralização e Corrupção

SANDRO GARCIA DUARTE PEIXOTO (*)
FABIANA ROCHA (**)
MARISLEI NISHIJIMA (***)
FERNANDO ANTÔNIO SLAIBE POSTALI (****)

A Constituição de 1988 universalizou o acesso à saúde no Brasil e criou o Sistema Único de Saúde (SUS),¹ dando origem a um processo de descentralização no setor, que ainda está em curso.

Desta forma, após a Constituição, a responsabilidade pela prestação de serviços passou a ser compartilhada pelos três níveis de governo, ficando o governo federal responsável pelas diretrizes da política de saúde e transferência dos recursos necessários para que os Estados e os municípios executassem tal política. Embora a responsabilidade pelo financiamento tenha sido definida também de maneira compartilhada, apenas a participação do governo federal foi inserida nas disposições constitucionais transitórias.²

É importante observar, entretanto, que apesar da orientação para a descentralização da saúde, do ponto de vista teórico, não há consenso na literatura sobre os seus efeitos.

Os argumentos a favor da descentralização seguiram inicialmente

a racionalidade primeiramente expressa por Tiebout (1956) de que a provisão de bens públicos a nível local leva a uma variedade maior e a uma adequação maior no atendimento das preferências das populações locais. A descentralização traria, assim, uma melhora na eficiência alocativa. Este argumento algumas vezes é conhecido como *matching* de preferências.

Mais recentemente, passou-se a associar também descentralização a menor corrupção. Modelos de concorrência interjurisdicional como o de Brennan e Buchanan (1980) indicam uma relação negativa entre descentralização e corrupção. Isto porque a concorrência entre governos locais para atrair residentes atua como a concorrência entre bens, limitando o poder dos burocratas de extrair renda pela prestação de serviços. Careaga e Weingast (2000) e Rodden (2000), por outro lado, observam que descentralização de gastos sem descentralização de receitas pode não conduzir a menor corrupção uma vez que as transferências fiscais levam os governantes locais a subestimar o esforço fiscal. Pers-

son e Tabellini (2000) constroem um modelo em que os agentes numa burocracia centralizada são responsáveis por várias tarefas que afetam vários municípios, enquanto numa burocracia descentralizada são responsáveis por uma tarefa específica numa única jurisdição. Assim, na burocracia descentralizada o agente é o responsável direto pelos seus atos, o que leva a uma *accountability* mais direta e uma melhora no desempenho, em última instância levando a uma associação negativa entre descentralização e corrupção.

A literatura empírica, em grande medida, dá suporte aos modelos teóricos. Fisman e Gatti (2002a), utilizando regressões *cross-country*, encontram evidência de que descentralização e corrupção são negativamente associadas. Fisman e Gatti (2002b) avaliam se o descompasso entre a descentralização de receitas e despesas conduz a maior corrupção, usando dados para os Estados americanos. Concluem que a corrupção é maior nos Estados que recebem maiores transferências federais.

O objetivo do presente artigo é investigar se o processo de descentralização tem tornado a gestão da saúde menos suscetível a esquemas de corrupção.

Para esta finalidade foram estimados modelos de dados de contagem, usando como medida de corrupção as irregularidades encontradas nos programas de atenção básica de saúde a partir da análise dos documentos resultantes da fiscalização dos municípios pela Controladoria Geral da União (CGU).

Os dados da CGU, disponíveis em relatórios periódicos, são bastante adequados para mensurar os efeitos da descentralização sobre a corrupção porque tais fiscalizações são desenhadas com vistas a incentivar a participação da sociedade civil no controle e melhorar as práticas com o uso do recurso público por parte dos gestores.

No caso dos programas de saúde executados pelos municípios existem repasses da União através das partes fixa e variável do PAB (Piso Assistencial Básico) ou através de convênios. Os relatórios da CGU contêm informações sobre três programas de atenção básica: o Atendimento Assistencial nos Municípios Brasileiros financiado pelo PAB-Fixo, que exige a contrapartida de várias condicionalidades³ dos municípios; o Programa Saúde da Família financiado pelo PAB, que é um programa de estruturação de sistemas de saúde municipais; e a

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde estabelecida por convênios entre as secretarias municipais e o Ministério da Saúde.

Deve-se notar que o maior desafio da pesquisa foi sistematizar e ordenar as informações de irregularidades nos relatórios CGU por incidência⁴ através da criação de categorias por tipo de irregularidades.⁵ Considerando que os relatórios apresentam diferentes graus de aprofundamento na descrição das irregularidades, bem como falta de homogeneidade, optou-se por focar a investigação nos aspectos qualitativos das informações de modo a minimizar perdas.

Após a contabilização das irregularidades, foi estabelecido um critério para definir entre elas quais caracterizariam um comportamento mais próximo de corrupção, com vistas a construir a variável que mensurasse tal fenômeno.

A amostra de dados⁶ consta de 178 municípios da Região Sudeste sorteados e fiscalizados entre agosto de 2004 e julho de 2006. Nesta amostra, em 169 municípios havia pelo menos um dos programas objetos da pesquisa sendo executados, sendo 10 do Espírito Santo, 76 de Minas Gerais, 20 do Rio de Janeiro e 63 de São Paulo.

Os municípios auditados são representativos da localidade média da Região Sudeste. As variáveis

geográficas e populacionais são similares entre os municípios que compõem a nossa amostra e o total de municípios da Região Sudeste, exceto no que diz respeito à população residente média, como era esperado, pois os sorteios da CGU abrangem somente municípios com até 300 mil habitantes.

Em relação à estrutura de arrecadação, os municípios do Sudeste têm ligeira vantagem na capacidade de geração de receita própria em relação à média do País, mas a diferença não é significativa. Os municípios da amostra e do Sudeste têm indicadores socioeconômicos melhores e menor dependência de transferências governamentais de Estados e da União, na média. Entretanto, mesmo no Sudeste, a estrutura da composição de receitas dos municípios é ainda fortemente dependente das transferências governamentais. Este fenômeno é resultante da estrutura tributária brasileira bastante centralizada, em que os principais impostos são de competência da União (como IR, COFINS e IPI) ou dos Estados (destaque para o ICMS). O grande problema subjacente a este modelo é que gera incentivo reduzido para a cobrança, por parte dos municípios, no que diz respeito ao uso adequado dos recursos disponíveis pelas prefeituras, já que seu custo de captação é socializado com todo o País.

Dos 169 municípios auditados e dotados de sistema de atenção básica

de saúde, em 133 havia o Programa de Saúde da Família, do qual foram criadas 16 categorias de irregularidades. O PAB-Fixo, por sua vez, gerou 19 itens, num total de 156 municípios auditados. O Programa Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica foi objeto de análise numa quantidade inferior de municípios (79), com a criação do total de 14 classificações de impropriedades.

Dentre todas as irregularidades contabilizadas, foi definido como corrupção um subgrupo de ações mais prováveis de serem associadas a apropriações dos recursos públicos para fins privados, como por exemplo, gerenciamento inadequado das contas do programa, ausência de comprovação de despesas realizadas, desvio da finalidade na utilização dos recursos, pagamentos acima do estipulado em contrato/processo licitatório, entre outros. A quantidade dessas irregularidades é que serviu como variável dependente no modelo de dados de contagem.

A obtenção de uma medida adequada de descentralização, por outro lado, também apresenta dificuldades enormes, sendo um dos principais obstáculos encontrados na comparação de federações (estruturas governamentais verticais). A literatura sobre descentralização fiscal, em geral aplicada a estudos entre países, utiliza como fonte de dados o *Government Finance*

Statistics (GFS) do Fundo Monetário Internacional, de modo que a descentralização fiscal é descrita como a parcela do gasto ou receita subnacional no gasto ou receita do governo total ou no produto interno bruto.

Esta medida apresenta dois problemas: i) as restrições fiscais impostas pelo governo central sobre os níveis de governo subnacional e a coordenação entre os níveis de governo na provisão de bens públicos e no financiamento conjunto não podem ser mensuradas quantitativamente; ii) elimina detalhes sobre o desenho dos sistemas fiscais, não permitindo identificar o grau de autonomia do gasto local, nem distinguir as fontes de receitas de impostos e não impostos, transferências intergovernamentais e outras transferências, sem separar quanto das transferências é condicional e que parcela é destinada a propósitos gerais (não condicionais) e sem distribuir as transferências de acordo com um critério objetivo ou discricionariamente.

Diante disso, foram utilizadas duas medidas de descentralização. A primeira corresponde à medida “clássica” de descentralização discutida acima, dada pela parcela de gastos com saúde financiados com recursos próprios do município em relação ao gasto total com saúde. Para o caso particular deste estudo, que trata exclusivamente do setor saúde e de unidades dentro

do mesmo país, grande parcela dos problemas desta medida fica minimizada, pois não se trata de gastos/receitas agregados dos países nos vários setores nem de localidades com diferentes estruturas e desenhos institucionais. A segunda corresponde a uma medida de descentralização administrativa avaliada pelo percentual de produção ambulatorial sob gestão municipal.

Os resultados obtidos indicam que não existe relação entre descentralização e corrupção, qualquer que seja a medida de descentralização utilizada. Parece, assim, que o sistema de descentralização da saúde que tem sido montado no País desde a Constituição de 1988 não produziu os resultados esperados, pelo menos não no que diz respeito à melhora dos indicadores de corrupção.

É importante enfatizar, ainda, que a ausência de relação entre descentralização e corrupção não indica, contudo, que o processo de descentralização foi um erro. Como observado anteriormente, um dos méritos da descentralização é a provisão de uma maior variedade de bens públicos, e no que se refere a esse aspecto por enquanto não existe qualquer evidência. Neste ponto, algumas perspectivas de avanço aparecem naturalmente. Seria importante distinguir entre tipos de descentralização que podem ser efetuados pelo Governo. Ainda que o trabalho tenha separa-

do a descentralização fiscal e a administrativa, é necessário avaliar até que ponto houve descentralização de receitas e gastos ou somente de receitas.

Referências

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. *The power to tax*. New York: Cambridge University Press, 1980.

CAREAGA, M.; WEINGAST, B. *The fiscal pact with the devil: a positive approach to fiscal federalism, revenue sharing, and good governance*. Working paper. Hoover Institution, Stanford University, 2000.

FISMAN, R.; GATTI, R. Decentralization and corruption: evidence across countries. *Journal of Public Economics*, v. 83, p. 325-346, 2002a.

_____. Decentralization and corruption: evidence from U.S. federal transfer programs. *Public Choice*, v. 113, p. 25-35, 2002b.

PEIXOTO, S. G. D. *Eficácia e gestão da política de atenção básica de saúde nos municípios brasileiros*. Dissertação (Mestrado), IPE/USP, 2008.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. *Constitutional determinants of government spending*. Mimeo. Bocconi University, 2000.

RODDEN, J. *The dilemma of fiscal federalism: hard and soft budget constraints around the world*. Mimeo. MIT, 2000.

TIEBOUT, C. A pure theory of local expenditures. *Journal of Political Economy*, v. 64, p. 416-424, 1956.

1 O SUS é uma organização hierárquica em que os municípios são encarregados dos cuidados primários de saúde, enquanto os grandes municípios e os governos estaduais são responsáveis pelos procedimentos mais complexos.

2 Quando ficou estabelecido que 30% do orçamento da Seguridade Social se destinaria ao setor de saúde.

3 Tais como a elaboração do Plano Municipal de Saúde e do Relatório de Gestão, assim como o adequado funcionamento do Conselho Municipal de Saúde (CMS).

4 Incidência = Nº de ocorrências / Total de Municípios em que o programa em questão foi fiscalizado.

5 Para maior detalhamento das irregularidades contabilizadas e sistematizadas, ver Peixoto (2008).

6 Relatórios disponíveis em <http://www.cgu.gov.br>.

(*) Mestre em Economia IPE/USP.
(E-mail: sandropeixoto@yahoo.com.br)
(**) FEA/USP. (E-mail: frocha@usp.br)
(***) EACH/USP. (E-mail: marislein@usp.br)
(****) FEA/USP. (E-mail: postali@usp.br)

Economia da Cultura no Setor do Audiovisual: Mecanismos de Adicional de Renda

JULIO LUCCHESI MORAES (*)

1 Introdução

Dando continuidade ao estudo sobre os limites e potencialidades do subcampo da Economia da Cultura, pretendemos iniciar no presente artigo uma série de discussões a respeito da dimensão econômica do setor audiovisual no Brasil. A ideia central de tal proposta é mapear o segmento a partir de dados e documentos oficiais, matizando nossas análises com discussões comparativas entre a situação brasileira e a de outros países.

Neste primeiro artigo, trataremos de uma modalidade de fomento ao audiovisual denominada *adicional de renda*.¹ Em linhas gerais, trata-se de uma forma de apoio ao setor que envolve repasses de recursos às produtoras (ou aos demais elos da cadeia produtiva cinematográfica) que precisam, necessariamente, ser utilizados em reinvestimento na área. Apesar da grande variedade de modalidades realizadas país a país, as políticas de adicionais de renda possuem certas características e objetivos comuns, a saber: (1) promover um esquema redistributivo, compensando as fragilidades e imperfeições do mercado cinematográfico; (2) estimular e proteger

a produção em escala local e/ou nacional; (3) estabelecer incentivos aos setores produtivos por meio de critérios objetivos, e, por fim, (4) dinamizar o processo de repasse de verbas, evitando a intermediação de comitês de seleção, lançamento e tramitação de editais etc. (no caso dos mecanismos automáticos).

2 Adicionais de Renda Automáticos e Seletivos

Data de final dos anos 1950 e início dos anos 1960 o surgimento dos primeiros mecanismos de repasse por adicional de renda (JOHNSON, 1993). A ideia central por trás deste tipo de incentivo é tanto estimular o reinvestimento no setor e tentar corrigir uma desigualdade *intrínseca* no segmento do audiovisual. Isso porque enquanto algumas produções conseguem obter altos retornos financeiros, outras (filmes realizados por produtoras de menor porte, filmes de conteúdo artístico etc.) não dão conta de se sustentar apenas de suas bilheterias.² Com o intuito de dirimir os efeitos dessa distorção, estabelece-se uma intervenção de caráter *redistributivo*: os recursos obtidos pela cobrança de impostos horizontais sobre o setor do audiovisual como um todo são

realocados em projetos e segmentos específicos.

Em muitos casos os critérios de seleção dos projetos contemplados pelos programas de adicional de renda são de natureza extraeconômica. O exemplo básico desse tipo de modalidade são os editais *seletivos*, chamadas públicas que destinam recursos oriundos de tributação para a produção de filmes que abordem temas ou conteúdos culturais de menor apelo comercial. Noutros casos, os mecanismos de renda têm como objetivo estimular a dimensão propriamente industrial da cultura nacional, repassando-se recursos para produtores locais que tenham obtido êxito nas salas de cinema ou em festivais internacionais. Nesses casos, não há necessidade de lançamento de edital, adotando-se um modelo *automático* de repasses.

Enquanto os mecanismos seletivos visam estimular as produções que atendem a critérios de natureza cultural, a concessão dos mecanismos automáticos orienta-se por uma política de estímulos e incentivos de cunho objetivo. Podemos encontrar pelo menos três grandes tipos de critérios automáticos ao

redor do globo. A despeito de grandes diferenças, encontramos semelhanças quando dos objetivos das políticas, centrados no fortalecimento da indústria cultural nacional. Vejamos algumas das modalidades praticadas no mundo:

- **Prêmios adicionais de renda por performance de mercado:** Trata-se de um modelo que visa premiar o bom desempenho econômico de produtoras nacionais e/ou locais, destinando somas às produtoras que apresentarem boa *performance* no lançamento de títulos nos cinemas do país. O caso francês é o grande modelo dessa modalidade (Cf. CNC, 1995).
- **Prêmios adicionais de renda por performance de pontuação:** É o modelo adotado pela Alemanha e pela Áustria. Ao contrário do modelo de *performance* por mercado, vincula-se o repasse de mecanismos automáticos a um regime de “pontuação”, em que o repasse de verbas fica atrelado ao bom desempenho do filme no acúmulo de pontos obtidos tanto por *performance* em bilheteria quanto premiação em festivais internacionais.
- **Prêmio adicional de renda para reinvestimento:** É o modelo adotado pela Espanha. Trata-se, em parte, de um esquema de *performance*, e, em parte, de um sistema de amortização cujo objetivo é diminuir o risco de investimentos de produção audiovisual local.

3 Prêmio Adicional de Renda no Brasil: o Cálculo da ANCINE

Atualmente o Brasil trabalha tanto mecanismos seletivos quanto automáticos de adicional de renda. Dado o escopo do presente trabalho, nos deteremos apenas na explanação dos mecanismos automáticos. Como nos demais países, os repasses automáticos buscam incentivar a indústria cinematográfica local, calculando-se o benefício a partir da assim chamada *alíquota de desempenho*. A metodologia de cálculo utilizada pela ANCINE é a seguinte:

- 1) **Estabelecimento de faixa de premiação e de alíquota sobre rendas brutas de bilheteria (α_f):** o resultado comercial anual dos filmes é dividido em seis faixas, sendo a primeira a correspondente a um baixo resultado comercial, e a mais alta, a um alto resultado comercial. As faixas localizadas nos extremos (tanto do mais baixo quanto do mais alto desempenho) têm alíquotas inferiores, de modo que o modelo brasileiro atual privilegia os filmes localizados nas faixas *médias* de desempenho.
- 2) **Estabelecimento de alíquotas de desempenho em função da razão entre recursos públicos não reembolsáveis e renda (λ_f):** trata-se aqui de analisar o *desempenho* do filme, analisado não apenas por sua renda bruta, mas a relação entre dinheiro público utilizado para a realização do filme e sua *performance*. A ideia é premiar não apenas os filmes que tenham conseguido obter alta bilheteria, mas também os que tenham se valido de *menos* recursos públicos. A alíquota λ_f é calculada da seguinte maneira:

$$\begin{cases} \text{Se: } (RP/R)_f \leq 20 \Rightarrow \lambda_f = \text{MAX}[-0,05(RP/R)_f + 0,15; -0,5] \\ \text{Se: } (RP/R)_f > 20 \Rightarrow \lambda_f = -1 \end{cases}$$

Onde:

- λ_f é a alíquota de desempenho em função da razão entre recursos públicos não reembolsáveis e renda, calculadas para uma obra f .
 - RP são os recursos públicos não reembolsáveis³ utilizados para a realização dessa obra f .
 - $(RP/R)_f$ é a razão entre recursos públicos não reembolsáveis e a renda de bilheteria do filme f .
- 3) **Cálculo de apoio financeiro a ser concedido às empresas produtoras.** A ideia aqui é aplicar a alíquota λ_f aos filmes (cuja renda de bilheteria já foi dividida dentro daquelas seis faixas). Como a alíquota λ_f tem

sempre valor negativo, ela irá atuar como uma espécie de “calibrador” no cálculo. Filmes que tenham obtido boa *performance* e tenham exigido pouco recurso público receberão menor redução por efeito do termo $[1 + \lambda]$ (Cf. ANCINE, 2008, Anexo I-A).

4 Conclusão

O artigo iniciou uma série de discussões a respeito da economia do audiovisual. Apresentamos e discutimos brevemente os assim chamados mecanismos de adicional de renda. Vimos que, a despeito da grande heterogeneidade das modalidades praticadas ao redor do globo, os referidos mecanismos apresentam certas características em comum. Via de regra, seu objetivo é central é corrigir imperfeições de mercado e fortalecer a indústria cultural nacional. Tais objetivos são alcançados através de repasses diretos ou seletivos de recursos tributários aplicados horizontalmente no setor do audiovisual. Vimos, em seguida, a metodologia atualmente utilizada pela ANCINE para o cálculo desses repasses.

Referências

BRASIL. Agência Nacional do Cinema. *Instrução Normativa n. 75*, de 18 de junho de 2008.

CENTRE NATIONAL DE LA CINÉMATOGRAPHIE [CNC]. *Les mécanismes publics d'aide au cinéma et à l'audiovisuel en Europe. Analyse comparative des systèmes d'aide nationaux*. Estrasburgo, França: Centre National de la Cinématographie/ Observatoire Européen de l'Audiovisuel, 1995, v. 1, p. 18-42.

JOHNSON, Randal. *The Instituto Nacional do Cinema, 1966 – 1975*. In: _____. *The film industry in Brazil: Culture and the State*. Cambridge: Polity Press, 1993, p.104-136.

- 1 O referido texto faz parte de uma pesquisa maior sobre mecanismos de adicional de renda concluída no início de 2010 e financiada pelo Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP). Uma versão completa desta discussão encontra-se no prelo e deve ser publicada futuramente.
- 2 Os mecanismos de adicional de renda não se dedicam apenas ao setor da produção, havendo também possibilidades de repasse para os demais elos da cadeia, como a distribuição e a exibição. No presente artigo nos detemos apenas na produção.
- 3 “Por “recursos públicos não reembolsáveis” entendem-se todos os recursos provenientes de fomento público, direto ou indireto, oriundos das esferas federal, estadual e municipal, excluindo-se aqueles que se caracterizam como investimentos retornáveis, empréstimos ou prêmios concedidos a título de desempenho de mercado ou de qualidade artística” (ANCINE, 2008).

(*) *Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-USP, doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP com a pesquisa Sociedades culturais, sociedades anônimas. Em 2009, foi um dos ganhadores do Prêmio Carlos e Diva Pinho de melhor monografia em Economia da Arte e enfoques humanistas da Economia do Departamento de Economia da FEA-USP. (E-mail: julio.moraes@usp.br).*

Os Pequenos Produtores Rurais e a Sustentabilidade

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA (*)
ADOLFO SCHMUKLER (**)

Quais as condições para que a agricultura de pequeno porte seja sustentável? A questão é importante em razão do papel dos pequenos produtores na produção de alimentos no Brasil e da crescente preocupação da sociedade com os impactos das atividades humanas no meio ambiente. Neste artigo, pretende-se responder a essa questão por meio da análise do modo de produção da agricultura de pequeno porte nos aspectos econômico, social e ambiental, e com um exemplo de aplicação desses conceitos no plano de implantação de um laticínio.

Considera-se como agricultura de pequeno porte o conjunto de produtores rurais que operam nos menores módulos de produção e utilizam mão de obra da família, o que inclui produtores de frutas e verduras, produtores integrados a agroindústrias ou agricultores de assentamentos de reforma agrária. A premissa do artigo é que a agricultura de pequeno porte deve ser tratada como um empreendimento empresarial e por isso deve conseguir sobreviver de forma independente nos mercados em que atua. A geração de alimentos para a subsistência pode eventualmente ocorrer

como subproduto, mas o foco deve ser a geração de renda ao produtor.

Uma das definições mais tradicionais para o conceito de sustentabilidade de uma atividade é que ela seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada. Ainda que esses critérios sejam interdependentes entre si, a análise pode ser útil como uma primeira aproximação para uma determinada situação, oferecendo informações básicas e revelando as relações entre esses aspectos. A seguir, apresenta-se uma avaliação da agricultura de pequeno porte em geral, para identificar as condições de sustentabilidade desse modo de produção.

1 O Aspecto Econômico

Uma das principais condições para a viabilidade econômica de um empreendimento agropecuário é a escala mínima de operação em determinado mercado. Este indicador depende, entre outros fatores, das tecnologias disponíveis e das condições de comercialização do produtor. A escala é crítica porque em muitas atividades existem economias de escala, isto é, o aumento na produção acumulada reduz os

custos unitários (recursos gastos por unidade de produto). Como os produtores não podem influir nos preços em mercados de *commodities*, a gestão de custos é a única ferramenta para aumentar a margem a ser obtida. Em geral, pequenos produtores são menos competitivos em atividades que envolvem economias de escala, como produção de grãos ou pecuária de corte. Por outro lado, eles conseguem gerar margens suficientes na produção de frutas e verduras, que são mais intensivas em mão de obra e podem gerar uma receita superior à produção de grãos por unidade de área.

No caso da tecnologia para a agricultura de pequeno porte, deve-se considerar a existência e o acesso a equipamentos adequados a esse público e insumos genéticos de alta qualidade, para maximizar a produtividade do trabalho do agricultor, que é o seu principal ativo. A base para essa atualização tecnológica é a capacitação e o acesso a informações que permitam ao agricultor tomar decisões de produção com menores riscos. Em geral, os agricultores de pequeno porte não contam com essas condições tecnológicas, e muitos trabalham com soluções ultrapassadas em equipa-

mentos, sementes não certificadas e dificuldades de acesso a serviços de extensão rural ou cursos de capacitação.

Em relação à comercialização, a condição ideal seria a existência de contratos de fornecimento com condições de garantia de preços por parte de processadores ou distribuidores. Outro aspecto desejável é a existência de dependência bilateral parcial entre produtores e compradores, que gera incentivos para uma relação duradoura. Na maioria dos casos os pequenos produtores vendem seus produtos em condições de mercado *spot*, sujeito a grandes oscilações e comportamentos oportunistas dos parceiros nas transações. Em geral, os processadores evitam o uso de contratos em razão dos riscos de mercado nas relações com os seus distribuidores. As exceções são as cadeias de frangos, suínos e fumo, com contratos de integração entre processadores e pequenos agricultores.

Uma alternativa para ampliar a margem do produtor é a atuação em mercados que operem com preços superiores aos das *commodities* similares. Nesta categoria estão os produtos certificados por algum atributo funcional, de pureza ou de processo que seja valorizado por um grupo de consumidores. Alguns exemplos são as regras decorrentes de culturas específicas ou religiões (alimentos *kosher*, associados ao judaísmo ou abate de animais

conforme regras do islamismo), ou certificações decorrentes de regulação pública ou privada (exigências ambientais e sanitárias de determinados mercados ou certificação de orgânicos). Nestes casos, observa-se uma total compatibilidade entre o modo de produção de agricultura familiar e a integração em cadeias produtivas alimentares com essas características, em razão da maior dependência de mão de obra especializada.

2 O Aspecto Social

No aspecto social, geralmente se consideram a desigualdade de renda e o acesso a serviços que afetam o bem-estar dos agentes. Se a agricultura de pequeno porte consegue sobreviver em determinado mercado, esta condição em si já seria um indicador de que o ambiente competitivo admite algum grau de distribuição de renda. Entretanto, deve-se aprofundar a análise para que se possa conhecer as perspectivas do produtor conforme as tendências daquele mercado. Em mercados que passam por processos de consolidação e mudanças tecnológicas que favorecem o aumento de escala pode-se esperar que os pequenos produtores sejam excluídos em um futuro previsível.

Apesar dos avanços observados no Brasil na área de proteção social por meio de programas de renda mínima e aposentadoria rural, as

condições de vida da maioria dos pequenos produtores ainda são precárias. As necessidades básicas seriam o acesso do produtor e de sua família a educação, saúde, cultura, infraestrutura para moradia e convivência comunitária. O papel do Estado parece fundamental na oferta de serviços e obras destinados a essas funções, ainda que exista um enorme espaço de parcerias com empresas privadas ou entidades sem fins lucrativos. Em geral, faltam aos governos pessoal capacitado e políticas definidas que permitam a elaboração de projetos para a atração de recursos públicos ou privados para essas áreas, em especial em municípios com grandes áreas rurais. O papel dos agentes fora do governo seria facilitar a elaboração de projetos, captação de recursos e contratação de serviços.

A área com maior possibilidade de se obter resultados de curto prazo parece ser a de convivência comunitária, visto que a existência de associações de produtores rurais é bastante disseminada no Brasil. Essas entidades, se devidamente apoiadas por parceiros públicos ou privados, podem se transformar em facilitadores para a melhoria das condições sociais dos pequenos produtores. Por meio delas é possível realizar ações de educação básica ou cursos de capacitação profissional, estratégias coletivas de compras ou comercialização e discussão de iniciativas relacionadas às demais carências sociais.

3 O Aspecto Ambiental

Com relação ao aspecto ambiental, a agricultura de pequeno porte deveria estar alinhada com as exigências básicas de preservação de recursos naturais, redução do consumo de recursos em geral e reciclagem de materiais ou resíduos. Essas categorias são interdependentes entre si e podem oferecer guias para a formulação de políticas públicas e estratégias privadas relacionadas à agricultura de pequeno porte. Em tese, as ações são as mesmas necessárias para a agropecuária em geral.

A preservação de recursos naturais envolve a identificação de ecossistemas na região e levantamento das limitações às atividades agropecuárias, por meio de um zoneamento econômico e ecológico. A maioria das prefeituras não possui políticas nessa área, que deveriam ser formuladas de forma integrada ao plano diretor. Em geral, faltam instrumentos de ação do setor público, como legislações específicas ou órgãos municipais voltados ao setor agropecuário. Uma particularidade da agricultura de pequeno porte relevante para essas ações é a sua maior habilidade em atuar em terrenos com maior declividade, em razão das dificuldades de mecanização. Outra questão relevante é o equilíbrio da ação do Estado entre a fiscalização e a criação de incentivos econômicos para o tipo de ocupação desejada, sendo que esta última tende a ser mais

eficiente. Os temas a serem tratados seriam a preservação de matas ciliares e nascentes, controle do despejo de resíduos em rios e lagos, prevenção da erosão e controle da emissão de gases de efeito estufa.

A redução no uso de recursos depende das soluções tecnológicas adotadas pelos pequenos produtores. A capacitação e o acesso a informações, além dos custos envolvidos, afetam a decisão do produtor quanto às tecnologias de implantação e manejo das culturas ou sistemas de produção animal. O histórico do produtor na atividade com determinadas tecnologias tende a influir em sua propensão a mudar para alternativas de menor impacto ambiental. Existe um grande campo para ações de extensão rural e envolvimento das associações, para criar um movimento coletivo que pode facilitar a mudança de rumos. Dentro dos sistemas de produção convencionais sempre há espaço para otimizar o uso de recursos como combustíveis, água ou insumos químicos, desde que o produtor tenha acesso à fronteira do conhecimento para aquela atividade. Outras opções de maior alcance estão disponíveis no campo da produção orgânica, ainda que exijam um investimento maior nos processos de conversão da propriedade, em razão dos períodos de inatividade, além da maior complexidade do manejo.

O tema da reciclagem tem sido tratado com maior ênfase para o

lixo urbano, por envolver volumes maiores, alta concentração geográfica dos moradores e a necessidade de eliminar os lixões. Entretanto, a reciclagem deve ser ampliada para as atividades rurais, especialmente na agricultura de pequeno porte. A iniciativa rural de maior sucesso nessa área é o programa de reciclagem de embalagens de agrotóxicos conduzido pelo INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), com a montagem de um complexo sistema de logística para recolher as embalagens vazias dos agricultores e levar até as plantas de processamento. Iniciativas semelhantes poderiam ser formuladas nas áreas de fertilizantes e lubrificantes, preferencialmente com uma estrutura descentralizada de coleta e processamento, com o apoio de associações de produtores.

4 Um Exemplo: Plano de Implantação de Laticínio Certificado

Para ilustrar a aplicação dos conceitos de sustentabilidade à agricultura de pequeno porte, neste item descreve-se um exemplo de empreendimento que está em andamento no Estado de São Paulo. Trata-se do plano de implantação de um laticínio para produção de produtos lácteos com certificação de qualidade e sustentabilidade. O plano integra as ações de fomento a negócios sustentáveis do Projeto Terra Paulista – Mogiana, que é um arranjo institucional público-

-privado de apoio a políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável, nos aspectos social, ambiental e econômico. As cidades participantes são: Descalvado, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro e Tambaú.

O plano para a implantação do laticínio foi elaborado por uma empresa de *capital venture* e pelo ISDAS – Instituto de Sociedades em Desenvolvimento Autossustentável, organização social de interesse público (OSCIP) fundada em 1992, com sede em São Paulo, SP. Para favorecer a atração de parceiros privados, o plano tem uma estrutura geralmente adotada por empreendedores na apresentação de novos negócios a potenciais investidores ou financiadores. A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos itens que tratam da oportunidade, oferta de valor e modelo de negócio.

A oportunidade identificada pelos proponentes do plano se desdobra em três aspectos: demanda, qualidade e sustentabilidade. Com relação à demanda, observa-se que o País tem passado por profundas transformações econômicas nos últimos anos, gerando um crescimento do mercado consumidor das famílias com o aumento da renda. No que se refere à qualidade, considera-se que o aumento das importações provoca a comparação com os produtos nacionais.

Assim, configura-se uma oportunidade para a oferta de produtos de alta qualidade feitos no Brasil, que poderiam concorrer com os importados. Quanto à sustentabilidade, a oferta de produtos lácteos associados a esse atributo insere-se em uma tendência global já percebida por empresas e governos. Espera-se que para um produto considerado sustentável ainda seja viável a cobrança de um preço *premium*, principalmente em um setor de baixa concentração como é o de produtos lácteos no Brasil.

Tendo em vista a oportunidade identificada, a oferta de valor do plano é a produção e venda de produtos lácteos diferenciados por meio de certificação em qualidade e sustentabilidade. A qualidade deverá estar associada a produtos, processos e garantia de origem. A sustentabilidade deverá estar associada aos aspectos social e ambiental. Para viabilizar esta oferta de valor será criada uma cadeia produtiva que envolve um convênio com uma associação de produtores familiares de leite, contratos de fornecimento com os produtores associados, uma planta industrial para processar o leite coletado e um sistema de distribuição para redes de varejo por meio de acordos comerciais que valorizem os atributos dos produtos.

Nas negociações com os canais e nas ações de promoção os produtos deverão ser associados ao conceito

de desenvolvimento regional sustentável, visto que o empreendimento é apoiado pelo Projeto Terra Paulista - Mogiana. Este apoio envolve a cessão de áreas por parte de prefeituras e as ações coordenadas pelo ISDAS em transferência de tecnologia e educação para os agricultores familiares envolvidos.

O modelo de negócio consiste na criação de uma sociedade entre a empresa de *capital venture*, ISDAS e sócios privados para a construção e operação de uma planta industrial na região. A originação de leite será baseada em um convênio com uma associação de produtores de leite da região e um contrato individual com produtores associados. O contrato com produtores terá as seguintes características: (1) fornecimento de assistência técnica aos produtores; (2) estabelecimento de elevados padrões de qualidade para o leite coletado; (3) garantia de compra ao produtor; (4) preço ao produtor formado por parcela definida pelo mercado e prêmio variável por qualidade. O plano propõe uma estratégia de produto com base em uma programação de lançamentos nas diversas categorias de produtos lácteos e aumento da capacidade de processamento de leite em três fases sequenciais. O investimento estimado seria obtido em financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras.

5 Conclusões

A busca pela sustentabilidade na agricultura de pequeno porte é complexa e desafiadora, por envolver diversas dimensões e a articulação de agentes públicos e privados. Neste artigo foi apresentado um panorama de necessidades e dos temas envolvidos quando se analisam os aspectos econômico, social e ambiental da agricultura de pequeno porte. No aspecto econômico, revela-se a possibilidade de combinar a escolha de sistemas de produção com base em certificação para o atendimento de nichos de mercado em expansão, como os produtos orgânicos. A agricultura de pequeno porte apresenta enorme potencial de avançar nesta estratégia, que depende de políticas públicas de apoio e do empreendedorismo privado ou social.

O aspecto social da agricultura de pequeno porte revela-se pouco desenvolvido. Neste caso destaca-se o papel fundamental das associações de produtores, que merecem o apoio por parte de agentes públicos, empresas e organizações sem fins lucrativos. As associações representam o espaço com maior potencial para avançar na melhoria das condições sociais do produtor. No campo ambiental, os pequenos produtores encontram-se em situação similar à de populações urbanas de baixa renda. Assim, pequenos produtores podem adotar práticas ambientalmente condenáveis ou viver em situações de risco ambiental. Entretanto, a agricultura de pequeno porte pode aprimorar a sua sustentabilidade ambiental a partir de políticas públicas coordenadas entre municípios vizinhos.

A análise do plano de implantação do laticínio certificado revela o potencial de aplicação do conceito de sustentabilidade à agricultura de pequeno porte, com a criação de uma cadeia produtiva agroindustrial coordenada por meio de arranjos contratuais. O plano combina os argumentos considerados nas análises de investidores sobre a viabilidade de projetos com os aspectos sociais e ambientais, geralmente tratados em políticas públicas e ações de organizações sem fins lucrativos. Com isso torna-se possível atender aos requisitos de sustentabilidade nas áreas econômica, social e ambiental.

() Mestre em Administração pela FEA-USP, presidente do ISDAS – Instituto de Sociedades em Desenvolvimento Autossustentável.
(E-mail: aclimano@gmail.com).*

*(**) Arquiteto, CEO do Projeto Terra Paulista – Mogiana.
(E-mail: xmukler@gmail.com).*

Efeitos da Política Fiscal sobre o Nível da Taxa de Juros Nominal de Longo Prazo de 25 Países da Ocde¹ (Parte 2)

RICARDO BATISTA CÂMARA LEAL (*)

Com a atual crise, os governos dos países desenvolvidos realizaram grandes expansões fiscais para estimular suas economias e sair da recessão atual. Contudo, a partir do ano 2000, países que nas duas décadas anteriores haviam reduzido seus déficits e realizado consolidações fiscais começaram a ter déficits fiscais constantes e, quando ocorreu a crise financeira de 2007-2008, eles se viram na necessidade de gerar estímulos fiscais substanciais, já partindo de níveis de endividamento altos. Dessa forma, com déficits enormes e dívidas altas, muito países geraram desconfiança nos mercados sobre a capacidade de pagamento de suas dívidas. Assim, estas expansões fiscais adicionais para estimular a economia poderiam acabar tendo o efeito contrário, ao elevar a taxa de juros de longo prazo.

O objetivo deste trabalho é estimar o impacto de variáveis fiscais como dívida e déficit corrente sobre a taxa de juros nominal de longo prazo usando dados em painel. Diferentemente de boa parte da literatura, analisamos também o efeito da expectativa de déficits futuros sobre a taxa de juros nominal de longo prazo.

Para tanto, a equação geral a ser estimada é:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta_1 DEFPIB_{it} + \beta_2 DIVPIB_{it} + \delta X_{it} + \gamma_t + u_{it}$$

onde Y_{it} representa a taxa de juros nominal de longo prazo; X_{it} representa outras variáveis de controle; α_i são efeitos fixos na *cross-section*; γ_t são efeitos temporais; e u_{it} representa o erro idiossincrático. $DEFPIB_{it}$ representa as formas como analisaremos o déficit: de forma linear, quadrática, interação com outras variáveis, expectativas etc.; e $DIVPIB_{it}$ é razão da dívida pública pelo PIB do país.

A fim de medir o efeito do déficit fiscal sobre a taxa de juros nominal de longo prazo, construímos um painel desbalanceado com 25 países pertencentes à OCDE com dados anuais para o período 1980-2009. A fonte de dados foi exclusivamente a base de dados da OCDE, fornecendo estatísticas calculadas a partir da mesma metodologia.

Assim, a maioria dos países em nossa amostra é desenvolvida, pois, ao expandir a amostra, trocamos tamanho e representatividade da amostra por dados de qualidade

duvidosa e de metodologia de cálculo diferentes (exemplo: muitos países não têm informações quanto a déficits primários ou taxas de juros de longo prazo). Assim, usando dados da OCDE, evitamos a maioria destes problemas com relação às variáveis, pois são todas calculadas de forma semelhante e, portanto, estamos estimando as mesmas relações.

Usamos como variável dependente as taxas de juros nominais de longo prazo. A literatura justifica o uso dessas taxas, argumentando que as taxas de juros de longo prazo são menos influenciadas diretamente pela política monetária ao longo do ciclo. A OCDE designa como taxa de juros nominal de longo prazo de uma economia a taxa de juros de títulos governamentais de 10 anos. Usamos como déficit fiscal o déficit primário público como proporção do PIB calculado pela OCDE, que nos parece melhor porque variações na taxa de juros têm efeito direto sobre os gastos com serviço da dívida; assim, ao usarmos o déficit primário, excluimos o efeito direto da taxa de juros sobre o déficit. Em seguida, temos a variável dívida pública que será usada para refletir o acúmulo de déficits passados e

pode ser um fator importante para determinar o impacto do déficit sobre a taxa de juros. Na base de dados da OCDE está disponível a dívida pública bruta como proporção do PIB.

Um ponto em que o presente trabalho se diferencia do restante da literatura é no uso também de expectativas de déficits. A OCDE produz semestralmente um relatório, o *Economic Outlook*, em que se publicam projeções de diversas variáveis diferentes a partir de 1996, inclusive expectativas de um ano para o déficit primário. Dessa forma, serão utilizadas duas amostras distintas: uma de 1980 a 2009, que será usada para estimar o efeito do déficit corrente sobre a taxa de juros, e outra de 1996 a 2009, que fará o mesmo, só que para a expectativa de déficit ao invés do déficit corrente.

Incluimos, ainda, a taxa de juros nominal de curto prazo, que, de acordo com o conceito da OCDE, é taxa de três meses associada a títulos do tesouro; uma medida de inflação, o *Consumer Price Index*, calculada pela OCDE, e o hiato do produto calculado pela OCDE (a diferença da taxa de crescimento do PIB e o potencial da economia).

Inicialmente, utilizamos um modelo de estimadores de efeitos fixos no qual se subtrai a média temporal das variáveis para cada país. Com o uso de dados em painel e estimadores de efeitos fixos, elimina-

-se o viés causado pela omissão de variáveis relevantes, caso estas variáveis sejam constantes no tempo, e corrige-se assim o problema de endogeneidade.

Como a taxa de juros nominal de longo prazo pode ser persistente entre os anos, assim como o impacto das variáveis fiscais sobre ela, estimamos também um modelo dinâmico. Assim, o método de estimação utilizado é o *Two-Step System GMM* de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998). Nesse método, além de a equação diferenciada ser instrumentalizada pelas defasagens dos níveis das variáveis, como em Arellano e Bond (1991), a equação em nível é instrumentalizada pelas defasagens das diferenças. Consideramos que apenas a variável endógena defasada será predeterminada enquanto as outras variáveis explicativas serão consideradas exógenas, como no estimador de efeitos fixos. Este também inclui um efeito específico do tipo efeito fixo.

Ainda adotamos algumas especificações que tornam o efeito do déficit primário sobre a taxa de juros nominal de longo prazo não linear.

Na primeira usamos o quadrado do déficit, pois é possível que existam trechos da amostra em que o efeito do déficit seja positivo enquanto em outros ele é negativo. A ideia é que a partir de determinado nível do déficit primário pode haver a

inversão do impacto sobre a taxa de juros nominal de longo prazo. Assim, a partir de determinado ponto, o impacto do déficit sobre a taxa de juros nominal crescerá à medida que o déficit aumentasse. Isto aconteceria porque déficits maiores se tornam cada mais difíceis de financiar. Podemos ter, assim, uma curva em formato de “U” ou de um “U invertido”, dependendo do sinal do termo quadrático (positivo e negativo, respectivamente).

Na segunda, criamos termos interativos. Construímos *dummies* para intervalos do nível da dívida de tal forma a captar o efeito que se supõe maior de um déficit sobre a taxa de juros para um país que já tenha uma dívida bastante alta. Assim, incluimos *dummies* para intervalos de dívida pública (por quartil) que irão interagir com o déficit primário. Dessa maneira, o efeito marginal do déficit sobre a taxa de juros dependerá do nível da dívida pública, ou seja, o impacto do déficit primário sobre a taxa de juros poderá ter uma magnitude ou sinal diferente dependendo do nível da dívida pública ao qual está associado.

Obtemos primeiramente as estimativas das especificações lineares usando o déficit primário corrente como variável explicativa. Para o modelo de efeitos fixos, encontramos resultados significantes e positivos. O coeficiente do déficit primário é significativa a 1%, e um

aumento de 1 ponto percentual (p.p.) do déficit primário levaria a um aumento de aproximadamente 6 bps na taxa de juros nominal de longo prazo. A dívida pública tem impacto pequeno, menor que 1 bps, e insignificante.

Para as estimativas obtidas por GMM, encontramos um efeito positivo e um pouco maior de aproximadamente 8 bps sobre a taxa de juros nominal de longo prazo, mas desta vez o coeficiente não é significativo. Desta forma, ao mudar a forma de estimação de efeitos fixos para GMM, com o intuito de obter maior eficiência de nossos resultados, perdemos a significância obtida anteriormente. O efeito da dívida pública continua pequeno e insignificante. Assim, não encontramos um resultado positivo e significativo para o efeito da dívida pública sobre a taxa de juros nominal como esperaríamos pela teoria nas duas especificações.

Contudo, não necessariamente o impacto da política fiscal sobre a taxa de juros nominal de longo prazo é linear. Nossas especificações lineares não captam o fato de que para níveis diferentes de déficit o efeito possa ser diferente ou que com uma dívida alta o impacto de um déficit sobre a taxa de juros pode aumentar.

Estimando por efeitos fixos, os dois termos (linear e quadrático) são significantes ao menos a 5%.

Verificamos também que o valor a partir do qual o déficit passa a ter efeito negativo sobre a taxa de juros é -13,9%, ou seja, um superávit de 13,9% e muito perto do valor mínimo de nossa amostra. Como na análise linear, a dívida continua insignificante e seu impacto é bem pequeno. Estimando por GMM, os efeitos são insignificantes e positivos para o termo linear, mas significantes para o termo quadrático. Perdemos, novamente, um pouco da significância ao passarmos de efeitos fixos para GMM, mas os sinais continuam semelhantes. Obtemos um valor de -2,3% a partir do qual o déficit tem efeito negativo, muito perto do valor do 1º decil, ou seja, para ambas as especificações, boa parte da amostra tem relação positiva entre déficit e taxa de juros. O efeito da dívida é novamente insignificante e pequeno.

Desta forma, talvez o efeito da dívida pública seja indireto, através de sua interação com o déficit primário, ou seja, a dívida pública só seria um problema se fosse alta juntamente com um déficit alto e se os agentes econômicos percebessem que o caminho futuro da dívida pública não é sustentável. Para testar esta hipótese, analisamos os resultados do impacto do déficit por faixa de dívida/PIB como mencionamos acima. Os intervalos têm quebras nos quartis que são, respectivamente, 40,1%, 60,5% e 75,1%, dividindo a amostra

em quatro partes (o máximo é 165,5%).

Para a estimação de efeitos fixos, o efeito sobre o primeiro quartil é positivo, mas insignificante. Para os outros 3 quartis, os efeitos também são positivos, mas ficam significantes e com coeficientes menores, entre 2 e 6 bps, dependendo do nível da dívida pública. Por GMM, as estimativas são bastante insignificantes, com exceção do primeiro quartil, que passa a ter impacto negativo sobre a taxa de juros. O segundo quartil também tem efeito negativo e passa a ser insignificante. Para os últimos dois quartis, os impactos continuam positivos e agora são maiores, de 8 e 9 bps. Assim, em geral, o efeito do déficit é positivo para a amostra, mas insignificante e, dessa forma, parece que a dívida pública impacta a taxa de juros nominal de longo prazo indiretamente quando seu valor é alto e está relacionado a déficits.

A análise é então refeita usando as projeções de déficit primário, ambas calculadas pela OCDE em suas publicações semestrais, *OECD Economic Outlook*, ao invés do déficit efetivo. Estas projeções, em tese, contêm informações sobre a política fiscal futura que poderiam afetar expectativas quanto à capacidade de financiamento de um governo.

Vale a pena lembrar que somente estão disponíveis dados de expectativas para o período 1996-2009 (ao invés de 1980-2009) e, desta forma, o impacto do déficit sobre a taxa de juros nominal em cada um desses períodos pode diferir.

A maioria dos resultados deixa de ser significativa e até muda de sinal. Este período em questão foi marcado por déficits em muitos dos países da amostra e taxas de juros nominais baixas por períodos longos, diferentemente do período entre 1980-1996. Assim, ao analisarmos as estimações com o uso de expectativas, devemos levar em consideração o fato de o período de análise ser diferente (muito mais curto) e de que isto tem efeito sobre os resultados. Nesta mesma linha, fazemos a correlação entre a taxa nominal de juros de longo prazo e o déficit primário corrente. Esta é positiva para o intervalo de 1980-2009, que foi a amostra utilizada nas estimações iniciais, enquanto para o período 1996-2009 essa mesma correlação é negativa.

Olhando com mais cuidado a análise do efeito de expectativas de déficit sobre a taxa de juros de longo prazo, começamos pelas especificações lineares. Esperaríamos que, como mencionado por Feldstein (1986), a significância dos resultados aumentasse com a inclusão de expectativas de déficits ao invés das medidas correntes. No entanto, nenhuma das especificações lineares é significativa. O efeito, tanto

para efeitos fixos quanto GMM do déficit sobre a taxa de juros é positivo, mas os efeitos das expectativas são menores do que os observados para o déficit corrente, de 0 a 3 bps. Diferentemente da estimação com dados correntes, agora a dívida/PIB passa a ser significativa para efeitos fixos, entretanto este efeito é bastante pequeno, menor que 1 bps.

Como na especificação linear, os resultados das especificações não lineares são em sua maioria insignificantes. No caso do modelo quadrático, para efeitos fixos e GMM, os efeitos não são significantes, nem os termos quadráticos nem os lineares, mas ambos são positivos. O modelo quadrático ainda tem uma ordem de grandeza do impacto semelhante à do déficit corrente e o formato da curva também é um “U”. A expectativa de déficit ao qual o efeito muda de positivo para negativo também é semelhante, respectivamente para efeitos fixos e GMM, de -10,8% e -15,8%. Assim, para a maior parte da amostra, o efeito da expectativa de déficit continua sendo positivo.

Por último, quebrando a amostra por quartis do nível de dívida, a única alteração é que as variáveis de interação passam a ser as expectativas. Todos os intervalos possuem sinal positivo; contudo, todos os coeficientes são insignificantes e seus valores são menores (em torno de 1 bps) aos estimados anteriormente para os déficits

correntes. Por GMM, temos os primeiros dois quartis significantes a 5%. O primeiro tem coeficiente negativo e o restante é positivo, mas neste caso o efeito da expectativa do déficit sobre a taxa de juros é razoavelmente maior que o do déficit corrente. Os coeficientes positivos têm impactos entre 22 e 32bps sobre a taxa de juros, lembrando que para os dois últimos quartis os coeficientes não são significantes.

Concluindo, para a parte estimada usando déficits correntes, os efeitos encontrados variaram entre 1 e 20 bps, semelhantes aos encontrados na literatura de dados em painel dos últimos anos, mesmo que estes optem por metodologias alternativas. As estimações não lineares permitiram ver que para níveis de endividamento maiores a relação entre déficits e taxas de juros costuma ser positiva, em linha com os impactos encontrados na literatura. A inclusão de expectativas não gerou os resultados positivos e significantes esperados, quais sejam, de uma piora no déficit primário futuro sobre a taxa de juros nominal de longo prazo. Quase todos os coeficientes destas estimações deram insignificantes. Como mencionado anteriormente, muitos dos resultados parecem decorrentes da alteração do período da amostra, pois a relação entre taxas de juros nominais de longo prazo e o déficit primário é diferente nos dois períodos. Para a dívida pública, o impacto é sempre baixo e positivo, mas nem sempre

significante, e o impacto do déficit esperado é maior quanto maior é a dívida pública. Assim, chegamos a resultados positivos, mas em alguns casos insignificantes e, à luz destes resultados, concluímos que os efeitos da política fiscal sobre a taxa de juros nominal ainda são ambíguos mesmo com a inclusão da expectativa de déficits.

Referência

LEAL, Ricardo Batista Câmara. *Efeitos da política fiscal sobre o nível da taxa de juros nominal de longo prazo de 25 países da OCDE*. Dissertação (Mestrado) – FEA-USP. São Paulo, 2010. 63 p.

1 Todas as referências citadas no presente artigo podem ser obtidas em Leal (2010)

(*) Mestre pelo IPE/USP e Analista de risco de crédito do Banco Itaú-Unibanco.
(E-mail: ricardo.leal@itau-unibanco.com.br).